

B-633

B. N. L.
25 JAN. 1979
DEP. LEG.

«A ÁFRICA DO SUL JAMAIS
AJOELHARÁ DIANTE DO MAR-
XISMO OU DA REVOLUÇÃO».

Pieter Botha, Primeiro Ministro
da África do Sul

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA



PORTE
PAGO

(Preço avulso: 5\$00) N.º 703
ANO XXVI 30/XI/78

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

A Voz de Loulé

Faz 26
anos

INSTITUÍDA
a Reserva Natural
da Ria Formosa

É JÁ NO DIA 2 DE DEZEMBRO

A HOMENAGEM
a Pedro de Freitas

No próximo dia 1 de Dezembro completam-se 27 anos sobre a data em que «A Voz de Loulé» iniciou a sua publicação.

Decorria o ano de 1952, o qual assinalou o nosso regresso à terra natal após 20 anos de ausência. Era, portanto, dupla a nossa alegria: a de termos podido regres-

sar e, simultaneamente, contribuímos com algo que, de algum modo, simbolizava um certo progresso. Na verdade, uma terra que tem o seu jornal dignifica-se a si própria e aos olhos de estranhos.

E o nosso objectivo principal era dignificar Loulé, elevando-a ao conceito das terras civilizadas.

Nos momentos difíceis do lançamento da aniscada empresa, encontramos o apoio do talentoso e sempre lembrado Dr. Jaime Rua e do velho amigo Raúl Pinto, que muito ajudou «A Voz de Loulé» nos «primeiros passos» da sua indecisa vida, até porque estava sempre pronto a apoiar todas as iniciativas que considerasse válidas a bem de Loulé, terra por cujo progresso tão incansavelmente trabalhou durante os longos anos em que teve acção decisiva na solução dos problemas do nosso concelho.

Também, felizmente, não nos

Foi recentemente criada, pelo Serviço de Parques, Reservas e Património Paisagístico, a Reserva Natural da Ria Formosa, que no seu perímetro de 7.500 metros quadrados comportará grande parte dos cinco concelhos algarvios (Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António), além de vasta zona lagunar na periferia da qual se situam portas onde transitam cerca de 18 por cento do pescado descarregado no País.

A criação da reserva, explicam os técnicos dos serviços competentes, impôs-se como medida preventiva da degradação dos va-

(continua na pág. 2)

É já no próximo dia 2 de Dezembro que terão lugar as cerimónias (oficiais e não-oficiais) de reconhecimento e homenagem a Pedro de Freitas, nosso muito estimado conterrâneo, maestro musicólogo e escritor, cuja longa vida se tem traduzido por infatigável e acendrada dedicação à sua terra natal, da qual tem sido incansável arauto.

Dada a proximidade da data referida, recordamos, embora resumidamente, o programa dado à estampa na íntegra na nossa passada edição de 9 do corrente:

Parte Oficial — As 10 horas,

descerramento da placa toponímica «Rua Pedro de Freitas (Antigo Largo do Carmo)»; às 11 horas — sessão solene, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Parte Não-Oficial — As 16 horas (no Salão Nobre dos Paços do Concelho) — Transmissão de música gravada do concerto das

(continua na pág. 7)

A ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
DE LOULÉ
debate problemas
de interesse regional

(VER PÁGINA 3)

Uma visita já histórica:

Ramalho Eanes
na Inglaterra

(VER PÁGINA 4)

A propósito
do XXVI aniversário
de «A Voz de Loulé»
— Uma palavra de reflexão

Foi há 26 anos, a 1 de Dezembro de 1952, que este jornal saiu à lume pela primeira vez.

Como se torna mister, ao lado de uma data aniversariante, de

significado muito particular e jubilar para este órgão de comunicação social, compete-me, na qualidade de redactor e colaborador, tecer, a propósito algumas considerações.

Será natural, portanto, que comece por citar um dos saudosos fundadores deste semanário, Dr. Jaime Rua, que na primeira edição

(continua na pág. 7)

Apelo da Comissão
Pró-Museu
e Arquivo Histórico
de Loulé

Para cabal desempenho da sua acção colaboradora com a Câmara Municipal de Loulé, que se propõe criar um museu arqueológico e etnográfico, de longa data ambicionado pelas populações do Concelho, está a Comissão (Pró-Museu e Arquivo Histórico de Loulé) a preparar uma campanha tendente à recolha de preços de manufatura local, representativas do artesanato de que esta zona algarvia é fértil.

O móbil obedece ao propósito de integrar na secção etnográfica uma colecção, o mais completa possível, do artesanato louletano, o qual engloba entre outros, os cobs, a olaria, trabalhos de esparto e cairo, e areeiros.

Por isso, veiculamos o pedido feito pela referida Comissão, e dirigido aos produtores e fabricantes

(continua na pág. 2)

Galeria de tradições musicais de Loulé

Banda da Sociedade Filarmónica
«União Marçal Pacheco»

Cabe a vez, atendendo à ordem cronológica, a publicação de uma antiga fotografia, saída dos nossos arquivos, respeitante à saudosa Banda da Sociedade Filarmónica «União Marçal Pacheco» (vulgo «Música Velha») e a sua respectiva Direcção, nos tempos áureos. (1938).

1.º PLANO — No chão (da esquerda para direita) — Carlos Calçada, Manuel Credo e Aníbal Brito.

2.º PLANO — (Sentados) — Manuel de Brito, José Campina, Efigénio Guedes de Matos, Diogo Batista, José da Piedade Caracol, José Assunção, Luciano Graça (regente), José da Costa Guerreiro, Anastácio Guerreiro Dourado, José Calçada, Manuel Calçada e Francisco Ruas.

3.º PLANO — (Em pé) — José Marcelino, José Apolinário,



José Floro, Manuel Viegas, José Xixano, Joaquim da Luz, Manuel Inácio, José Rosa, Marçal, José Preto, Ernesto Bicho, João da Silva Domingues, Francisco Maria Batista.

4.º PLANO — (Em pé) — Manuel Lopes, Humberto Melenas, Carlos da Silva, Lili Leal, José Vazinho, António Garcia, Caetano Lúcio, Manuel Marques, Artur Gomes e Manuel Batista.

HISTÓRIA
QUE ESTÁ NA BASE
DA «OPERAÇÃO PIRÂMIDE»

Uma pequena bola de neve lançada por Raúl Solnado, desliza na rampa e, à medida que rola, toma maiores proporções. Chama-se ela «Operação Pirâmide» e tem por fim, através de uma jornada de solidariedade nacional, sensibilizar os portugueses para que se manifestem contribuindo

em benefício dos seus semelhantes, em desequilíbrio social.

A Cruz Vermelha Portuguesa aderiu à ideia e concede-lhe merecido apoio. A partir daí intercede, preparando uma grande campanha ao âmbito nacional.

Associando-se a esse movimento

(continua na pág. 7)

25 DE NOVEMBRO

— UMA DATA E UM SÍMBOLO

O 25 de Abril assinalou o fim de uma ditadura. O 25 de Novembro travou o início de uma nova ditadura cujo revolucionarismo folclórico transformaria Portugal numa colónia da União Soviética.

Louvemos, pois, quantos, no momento exacto, tiveram força e coragem para dizer: NÃO e NÃO!

O 1.º de Dezembro libertou-nos do jugo castelhano. O 25 de Novembro do jugo moscovita.

APELO DA COMISSÃO PRÓ-MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DE LOULÉ

(continuação da pág. 7)

tes, no sentido de facilitarem a aquisição de artefactos da sua genuína autoria, os quais farão parte integrante do património do museu, em vias de formação.

Todos os objectos podem ser enviados para a Câmara Municipal de Loulé, onde serão recepcionados pelo sr. Aristides José de Sousa Jesus, que é um dos componentes da Comissão Pró-Museu.

Será conveniente que os objectos se façam acompanhar do nome do fabricante, data de fabrico aproximado e de outros dados tidos por indispensáveis e elucidativos.

Igualmente está empenhada a dita Comissão na recolha de diversa indumentária (trajos típicos algarvios) e de objectos de qualquer natureza (pedra, mármore, barro, ferro, etc.) de reconhecida feição arqueológica, numismática e bibliográfica.

Por tal motivo o seu apelo é extensivo a todas as pessoas que possam e queiram contribuir para a objectivação e valorização do

Museu e Arquivo Histórico, que sendo de todos para ele todos poderão concorrer, com os préstimos que entendam estar ao seu alcance.

Aqui fica desde já, antecipadamente, consignado o mais veemente agradecimento da Comissão Pró-Museu de Loulé, a todos aqueles que se dignarem acolher e corresponder ao seu apelo.

J. C. Viegas

INSTITUÍDA A RESERVA NATURAL DA RIA FORMOSA

(continuação da pág. 1)

lores, não só económicos como ecológicos.

Os dados coligidos dão como seguro que na área de reserva agora estabelecida se produziram cerca de 44 por cento dos moluscos descarregados no Continente, com maior expressão para os bivalves (ameijoas, berbigões e conculhas) em que se admite representarem 92 por cento das capturas.

BENTOBRYTA

— Sociedade de Britas, Lda.

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura de 15 de Junho de 1978, lavrada de fls. 97 a fls. 99 do Livro de notas A-80 deste Cartório, a cargo da Licenciada Catarina Maria de Sousa Valente, o sócio Adriano Lopes Barata, cedeu

a quota de 10 000\$00 que possuía na sociedade comercial por quotas, de responsabilidade limitada «BENTOBRYTA — SOCIEDADE DE BRITAS, LIMITADA», com sede provisoriamente no lugar de Ferreiras, freguesia e concelho de Albufeira, a António Lourenço Barata, que também usa somente António Barata, que assim entrou para a sociedade, com todos os direitos e obrigações, renunciando, em consequência, às suas funções de gerente.

Que, pela mesma escritura, foi aumentado o capital da sociedade, que era de 50 000\$00 para 2 500 000\$, sendo a importância do aumento, no montante de 2 450 000\$00, subscrita, em dinheiro, na proporção de 490 000\$00 para cada um dos sócios, quotas estas já integralmente realizadas e entradas na Caixa Social.

Que, unificando as quotas às que já possuíam, alteraram a redacção do corpo do artigo 3.º dos estatutos, que ficou com a seguinte nova redacção:

3.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 2 500 000\$00 e corresponde à soma de cinco quotas iguais de 500 000\$00, uma de cada sócio.

Está conforme o original. Cartório Notarial de Lagoa, 16 de Junho de 1978.

A 2.ª Ajudante, Maria José Correia Bravo

MADEIRALBA — Madeiras de Albufeira, Lda.

Certifico que por escritura de 15 de Junho de 1978, exarada neste Cartório, a cargo da Licenciada Maria de Sousa Valente, de folhas 93 v.º a folhas 95 v.º, do livro de notas A-80, foi constituída entre José Bento, José Prata Ramalinho, António Lourenço Barata ou António Barata, Virgílio da Costa Silva, e Ramiro Cristóvão Pereira, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a denominação «MADEIRALBA — MADEIRAS DE ALBUFEIRA, LIMITADA», tem a sua sede provisoriamente instalada em Ferreiras, freguesia e concelho de Albufeira, durará por tempo indeterminado, com início a partir de hoje.

2.º — O seu objecto social consiste na indústria de carpintaria e serralção mecânica, compra e venda de materiais de construção civil, podendo entretanto dedicar-se a outra actividade comercial ou industrial que os sócios acordem.

3.º — O capital social integralmente realizado em dinheiro é de 1 000 000\$00 e corresponde à soma das quotas de 200 000\$00 de cada um dos cinco sócios.

4.º — Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, mediante as condições que a assembleia geral fixar.

5.º — São livres entre os sócios as cessões e divisões de quotas, mas a cessão a estranhos depende da prévia autorização da sociedade e os sócios terão direito de preferência.

6.º — 1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) Insolvência ou falência do sócio titular;
- b) Arresto, arrolamento ou penhora da quota;
- c) Venda ou adjudicação judiciais.

2 — A amortização será realizada pelo valor da quota determinado pelo último balanço aprovado e será paga em cinco prestações trimestrais e iguais, considerando-se realizada a amortização com o depósito, efectuado na Caixa Geral de Depósitos, à ordem de quem de direito, da primeira prestação.

7.º — 1 — A sociedade será representada, em juízo e fora dele, activa e passivamente, por todos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — A sociedade obrigase em actos de mero expediente pela assinatura de um único gerente e em actos que envolvam constituições de obrigações e alienação ou oneração do seu património, pela assinatura de dois gerentes, ou de um gerente e um procurador da sociedade, não podendo no entanto, obrigase pelas assinaturas simultâneas dos sócios José Bento e José Prata Ramalinho, nem duas simultâneas dos restantes sócios.

8.º — As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, com aviso de recepção com dez dias de antecedência, e independentemente de qualquer convocação as deliberações serão válidas desde que esteja representada a totalidade do capital social.

9.º — O balanço e as contas fechar-se-ão em 31 de Dezembro de cada ano, e os lucros apurados terão destino que a assembleia geral determinar.

Está conforme o original. Cartório Notarial de Lagoa, 16 de Junho de 1978.

A 2.ª Ajudante, Maria José Correia Bravo

Lutadores anti-fascistas e outros

Há vários lutadores: anti-fascistas, anti-terroristas, de luta greco-romana, etc. Uma coisa é certa: após a luta vem o cansaço.

Para vencer o cansaço, durma num colchão EPEDA ou Delta Loc, ambos com garantia «Spring Springmark».

Adquiram na CASA SIMÃO, na Av. Marçal Pacheco em Loulé.

(10-1)

MERCEARIA TRESPASSA-SE

Com casa de habitação, na Rua Afonso de Albuquerque. Por motivo de doença. Trata V.ª de Joaquim Gonçalves Viegas — Telef. 62417 — LOULÉ.

(3-1)

ALBATUR - Sociedade de Construções e Turismo, Lda.

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura de 15 de Junho de 1978, lavrada de fls. 49 a folhas 51 do livro de notas deste Cartório, A-80, a cargo da Licenciada Catarina Maria de Sousa Valente, o sócio Adriano Lopes Barata, cedeu a quota de 10 000\$00 que possuía na sociedade co-

mercial por quotas de responsabilidade limitada «ALBATUR — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E TURISMO, LIMITADA», com sede em Ferreiras, freguesia e concelho de Albufeira, a António Lourenço Barata, que também usa somente António Barata, que assim entrou para a sociedade, com todos os direitos e obrigações, renunciando, em consequência, às suas funções de gerente.

Que, pela mesma escritura, foi aumentado o capital da sociedade, que era de 50 000\$00 para 5 000 000\$, sendo a importância do aumento, no montante de 4 950 000\$00, subscrita em dinheiro, na proporção de 990 000\$00 para cada sócio, quotas estas já integralmente realizadas e entradas na Caixa Social.

Que, unificando as quotas que possuíam, alteraram a redacção do corpo do artigo 3.º dos estatutos, que ficou com a seguinte nova redacção:

3.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$00 e corresponde à soma de cinco quotas de 1 000 000\$00, uma de cada sócio.

Está conforme o original. Cartório Notarial de Lagoa, 16 de Junho de 1978.

A 2.ª Ajudante, Maria José Correia Bravo

BARREIRAS BRANCAS LOULÉ



AGRADECIMENTO

FRANCISCO ANTÓNIO ROSA

Sua família agradece a todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada, numa derradeira expressão de pesar que calou fundo no nossos corações.

Para todos o penhor da nossa gratidão.

Agência Cavaco

CAFÉ DELFIM TRESPASSA-SE

Com secções de Café, Snack-Bar e Cervejaria. Situação no melhor local da Vila.

Tratar pelo telef. 62903 — LOULÉ.

(3-3)

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA — R. SERPA PINTO, 9 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

(6-6)

A Assembleia Municipal de Loulé debate problemas de interesse regional

(continuação do n.º anterior)

Ainda a propósito de problemas inerentes à nossa provincia, diria o sr. Andrade de Sousa que o Algarve é uma fábrica de divisas, pois dispõe de 50% da indústria turística do País. Dos 18 milhões de contos já entrados em Portugal durante o corrente ano, 10 milhões couberam ao Algarve. Por isso o Algarve deve merecer mais atenções do Governo.

Em longa exposição que bem reflecte quantas e graves são as necessidades da freguesia de Boliqueime, o Presidente da respectiva freguesia, sr. Jorge Coelho, lamentou que na sua terra ainda esteja por fazer quase tudo aquilo que compete à Câmara de Loulé executar, com especial evidência para o malfadado problema do abastecimento de água, que se arrasta há quase 20 anos, data em que foram feitos, com êxito, os furos para o abastecimento local. Falando de luz, caminhos e pontes, foi todo um rosário de queixumes, sem deixar de fazer notar que os boliqueimenses têm a sensação de que continuam a ser marginalizados pelos Governos do após 25 de Abril por ser a freguesia menos socialista do concelho...

Parece, contudo, que o sr. Presidente da Câmara não é da mesma opinião até porque a mesma ali manifestou publicamente o seu desagrado por Luís Pereira ter afirmado neste jornal (embora de maneira satírica) que o Presidente da Junta de Boliqueime ainda não foi atendido pelo Presidente da Câmara de Loulé por pertencerem a partidos diferentes... O director deste jornal e autor destas linhas estava presente e ouviu o Presidente da Junta de Boliqueime afirmar, quanto ao que foi escrito, não corresponder à verdade, pelo que se depreende tratar-se apenas de «bocas» de café e se baseia no facto de o sr. Presidente da Câmara ainda não ter atendido as legítimas pretensões do sr. Presidente da Junta quanto à realização das mais urgentes aspirações da freguesia.

Convém ainda notar que se trata de uma secção satírica e portanto baseada em conversas de café.

Falando do problema do abastecimento de água a Boliqueime, o Presidente da Câmara esclareceu estar muito pesaroso por o problema se arrastar há tanto tempo, sem que tenha sido resolvido, pelo facto de a empresa a quem foi adjudicada a empreitada se encontrar em péssima situação financeira. Contudo, disse haver a esperança de esse assunto vir a ser resolvido brevemente com essa mesma empresa, pois pretende-se a todo o custo fugir a novo concurso público, o que viria a arrastar o problema por mais alguns meses, o que se procura evitar. O sr. Andrade aproveitou a oportunidade para declarar ser totalmente falso que na Câmara de Loulé tenha havido desvio de verbas para fins diferentes daqueles a que foram destinados, lamentando que alguém tenha o atrevimento de fazer afirmações dessa natureza, com ânimo leve e sem o mínimo sentido das responsabilidades que tais afirmações implicam.

O sr. Manuel Bota Espadinha, perguntou se o tal sr. Teimoso continua a ser a razão principal porque ainda não se iniciaram os trabalhos da célebre estrada de penetração; quando é que se constrói a tal lota de Quarteira e se era verdade que, por causa de uma sobreira, pararam os trabalhos de uma via de comunicação no sítio das Pereiras.

Respondendo o sr. Presidente da Câmara para afirmar que a posição do sr. Teimoso se mantém e que a Câmara desistiu de pôr o problema em Tribunal por aguardar a aprovação do Plano de Urbanização de Quarteira, o que muito facilitará a expropriação dos terrenos (e mais economicamente) necessários à execução da

estrada, acrescentando que o problema da lota deve ter finalmente uma próxima solução, pois o assunto foi tratado (mais uma vez) há poucos dias e está tudo bem encaminhado para que o edifício a construir seja implantado junto ao bairro clandestino de Quarteira.

Quanto ao problema da sobreira, ficámos sabendo que é precisamente igual a muitas outras sobreiras, oliveiras e figueiras deste país... e é fruto duma mentalidade tacanha que, infelizmente, ainda predomina nalguns agricultores deste país e para quem a perda de uma simples árvore representa como que uma perda irreparável no conjunto de centenas de outras árvores que possuem, mesmo quando está em causa a construção de uma via de comunicação que é, afinal, o maior benefício que uma propriedade pode ter para cabal aproveitamento da sua produção. Mas há ainda muito quem não perceba isso (mesmo depois de terem visto aquilo que os comunistas fizeram no Alentejo, quando roubaram os melhores montes, as melhores propriedades, as mais fidealgas residências). Essas pessoas não perceberam ainda que estão vivendo uma época diferente e que têm que ser mais abertas e menos egoístas. Têm que permitir (e porque não o perceber?) que a destruição de algumas árvores é feita em holocausto ao progresso e em seu próprio benefício.

— Como é que ainda hoje se pode admitir que alguém impeça a construção de uma estrada só porque não quer ver destruída a sua arvorezinha?

— Como se pode admitir que ainda há poucas semanas um agricultor da freguesia de S. Clemente (Loulé) tivesse morrido junto de uma árvore, depois de se ter irritado com o vizinho que teimou em abrir uma passagem pela sua propriedade? — Será assim tão criminoso pisar a terra alheia? — Porquê tanta teimosia e tanta luta por um pouco de terra, se depois de mortos nos bastam escassos metros?

Como seria possível comunizar um pequeno país, onde a maior parte da terra já pertence a quem nela trabalha e tem por ela tão excessivo amor?

Só de loucos!

Impressionante a naturalidade com que o sr. Lima se dirigiu à Assembleia para perguntar: (como se estivesse denunciando o mais odioso dos crimes) «Será que algum dos senhores concorda com a repressão exercida pela G. N. R. e por cães contra os trabalhadores do Alentejo?»

Estas palavras, porém, vindas de longe e há muito gravadas e repetidas em discos já estafados, mereceram da dr.ª Odete o seguinte e causticante comentário, dirigindo-se ao sr. Lima:

«É evidente que não. Só que essa repressão é uma consequência lógica do não acatamento das leis promulgadas e aprovadas pela maioria duma Assembleia eleita pelo Povo e que as minorias devem respeitar. É a isso que se chama Democracia. Ou será que aceita que, aqui e agora, neste momento, condenemos todas as deliberações e moções que desde há meses foram aprovadas pela maioria desta Assembleia?»

O sr. Lima silenciou, mas nós acrescentamos que ninguém de bom senso concordará com a repressão, mas temos que aceitar que existe a G. N. R., a P. S. P. e a P. J. exactamente porque há, infelizmente, cidadãos que fazem todos os esforços para desobedecer às leis e ninguém, com 2 dedos de testa, terá que insurgir-se contra uma patrulha de G. N. R. quando esta reprime por exemplo um automobilista, que transgride as leis.

Ou a isso também o sr. Lima chamará repressão?

Pela nossa parte estranhámos imenso que o representante da

APU tivesse dito que o problema dos taxis não interessava aquela Assembleia e entenda que o mesmo órgão deve perder tempo a votar moções de apoio à Reforma Agrária, moção essa que a maioria teve o bom senso de recusar e que por isso nem sequer foi posta à votação.

Mas é muito claro que este problema convinha ser levantado na Assembleia Municipal de Loulé porque, assim, o «Diário» da manhã pôde deturpar os factos a dizendo que o PSD de Loulé «Apoia a repressão», quando afinal o que se passou foi exactamente o contrário.

No entanto, nós não criticamos o sr. Lima pela sua atitude, pois é evidente que apenas cumpre as ordens do seu partido, cujo chefe falou há dias na Amadora para repetir a tal velha cassete com as seguintes palavras publicadas no «Notícias da Amadora»:

«A política do MAP «atirando a GNR, armas e cães contra o povo trabalhador, agredindo, espancando, ferindo dezenas e dezenas de trabalhadores, homens, mulheres, jovens, velhos, sem piedade, apenas pelo crime de quererem trabalhar e produzir para si, para o Povo português, para Portugal», foi classificada por Al-

(Continua na página 7)

«A VOZ DE LOULÉ» FAZ ANOS

(continuação da pág. 1)

faltou apoio de grande percentagem de louletanos que rapidamente oconeram a dar-nos o seu apoio, subscrevendo-se como assinantes, número que, desde então, nunca mais parou de aumentar.

De algum modo isso nos conforta e nos anima a prosseguir a nossa missão de estar ao serviço dos reais interesses do nosso concelho, do Algarve, do País em geral, por cujo progresso sempre temos lutado com a força da nossa razão muito embora isso nos tenha custado alguns

dissabores e inimizades.

Mas não desistiremos de seguir o caminho que se afigura como o mais conveniente, recto, honesto e verdadeiro, sem que para isso sintamos necessidade de proclamar «a verdade a que temos direito» pois é sabido que os mais mentirosos são exactamente os que mais amiudadas vezes evocam a Verdade... para se fazerem acreditar.

Olhando para o caminho percorrido sentimos a alegria de algo termos feito pela nossa terra e a tristeza de, durante 23 anos, nos sentirmos manietados pelas garras duma censura implacável que nos coartava a palavra e a vontade de escrever a verdade que era importante dizer.

Hoje, apesar de se dizer que vivemos em liberdade e em democracia, continuamos a ter medo de escrever, mas resta-nos ao menos a consolação de podermos proclamar bem alto que recusamos uma nova e cruel ditadura que nem sempre precisa de impôr a censura — porque impõe a lei do terror e da morte, o que é um milhão de vezes pior, mais horrível e desumano.

...E o que mais nos espanta e entristece é repararmos como é possível haver ainda tantos portugueses que tenham os olhos tão cerrados que ainda não saibam ver isto, dando-nos assim a confirmação do tal velho ditado de que «o pior cego é aquele que não quer ver».

Dr. Luís Alberto Pina Estanislau

Concluiu recentemente a sua licenciatura no Instituto Superior de Economia de Lisboa, o nosso prezado amigo sr. Dr. Luís Alberto Pina Estanislau, filho do nosso estimado amigo e assinante sr. Luís Vieira Estanislau, funcionário da estação de Loulé da E.D.P.-E.P. e de sua esposa sr.ª D. Maria Julieta de Sousa Pina Estanislau.

Natural de Olhão, o novo licenciado concluiu os seus estudos liceais em Faro, onde se distinguiu com boas médias, outrotanto acontecendo no curso superior.

Ao jovem licenciado e a seus pais endereçamos os nossos parabéns, com sinceros votos de brilhante vida profissional.

CASINOS DO ALGARVE

7º ANIVERSÁRIO

SHOW

Ballet Malon Argentino

Show Fashionation

Show Diferentíssimo

dia 10 a atracção

Rodrigo

Fim das comemorações

Uma visita que já é histórica:

Ramalho Eanes na Inglaterra

A convite da Rainha Isabel II o Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes visitou há pouco o Reino Unido, onde, rodeado de um cerimonial carregado de pompa e distinção, foi reafirmada a consolidação de uma velhíssima (mas não senil) aliança que dura para cima de 600 anos e o estreitamento de correspondentes laços de amizade.

Como era de admitir a esta visita foi atribuído um significado especial, considerando alguns observadores que ela consagra o reconhecimento oficial daquele País, ao Portugal democrático de hoje.

Contudo, este amistoso e histórico acontecimento não se circunscreveu apenas à recepção e ao acolhimento protocolares que no caso serviram para emoldurar condignamente o encontro simbólico de dois Países aliados. A circunstância transcendeu essa

etiqueta e inscreveu-se também, paralelamente, numa jornada em que uma agenda de trabalhos foi totalmente cumprida.

Com efeito, durante os quatro dias de permanência de Ramalho Eanes em Inglaterra, foram ali tratadas delicadas questões, tais como a integração de Portugal na CEE, relações da NATO, inter-

câmbio comercial, indemnizações, política externa africana, situação da política internacional e investimentos estrangeiros.

Na perspectiva global das conversações entabuladas pode-se considerar um êxito diplomático, de interesse bilateral, esta visita do Presidente da República de Portugal à Grã-Bretanha.

Antigos alunos do Liceu João de Deus promovem romagem de saudade

O 1.º de Dezembro será este ano assinalado em Faro com uma significativa confraternização dos finalistas de 1952/53 do antigo Liceu João de Deus, que há 25 anos deixaram aquele estabelecimento de ensino.

Semelhantes efemérides foram assinaladas durante muitos anos

nas academias de Faro, aonde se deslocaram, em jornada de saudade, antigos estudantes daquele Liceu.

O programa inclui, além de outros actos, romagem ao antigo edifício liceal (hoje Escola Industrial e Comercial) e ao actual imóvel do Liceu João de Deus, missa por alma de companheiros, professores e empregados falecidos, jantar de convívio e à noite baile, numa reevocação dos então famosos «bailes do 7.º ano» que ocorriam tradicionalmente no 1.º de Dezembro.

CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para esclarecimento dos interessados, esclarece-se que se encontra a pagamento, durante o mês de Dezembro nas Tesourarias de Finanças, as seguintes Contribuições e Impostos:

IMPOSTO COMPLEMENTAR — SECÇÃO A do ano de 1977 — Contribuintes que não optaram pela auto-liquidação.

IMPOSTOS RODOVIÁRIOS — Imposto de circulação de 1978 — 4.º trimestre.

Imposto de camionagem de 1978 — 4.º trimestre.

Imposto de compensação de 1978 — 4.º trimestre.

Estes impostos deverão ser pagos numa só vez.

Não sendo pagos no mês do vencimento ficam sujeitos a juros de mora.

VENDE-SE

Uma courela com 3.000 m2 situada no sítio de Momprolé (Loulé), confrontando com Alexandre Rosa da Ponte e Jacinto Guerreiro Dias e caminho.

— Uma propriedade sita na Campina de Baixo (Loulé) confrontando com Herdeiros de António Nunes Teixeira e Francisco Mendonça e Manuel Fernandes e caminho. Com 1,4 hectares.

Tratar com José Chagas — Telef. 62185 — Farmácia Chagas — LOULÉ.

NOTÍCIAS DE AMEIXIAL

Zangam-se as comadres... Mas não se descobrem as verdades

Havia zumbidos de há um tempo para cá que existiam divergências graves entre alguns membros da Junta de Freguesia do Ameixial. O velho provérbio «Não há fumo sem fogo» mais uma vez saiu certo. Sou leitor assíduo do semanário «A Voz de Loulé».

Li no n.º 697 de 19-10-78 o pedido de renúncia do sr. Custódio Brás de Sousa, de Secretário da Junta de Freguesia do Ameixial, cargo que exercia desde as últimas eleições para as autarquias locais. Passados alguns dias tomei conhecimento da convocação da Assembleia de Freguesia para uma reunião em local determinado a fim de se eleger 1 membro para secretário da Junta de Freguesia. Aconteceu, porém, o imprevisto, pois o sr. Manuel João Costa, presidente da Assembleia de Freguesia do Ameixial, resolveu também pedir a renúncia das funções que vinha a exercer desde as últimas eleições, conforme o publicado no semanário «A Voz de Loulé» de 9-11-78.

Os novecentos e tal eleitores Ameixialenses estão interessados em saber o que se passa nas nossas autarquias locais pois parecem-nos anormais os pedidos de renúncia de uma equipa tão una, ideológica e intelectualmente tal como foi apresentada por um familiar de um dos renunciantes num comício em que foram apresentados os respectivos membros da lista, na Escola Primária local.

Discordariam estes dois membros da forma como a campanha eleitoral foi feita e não cumprida? Fizeram estes candidatos diver-

sas críticas às anteriores Juntas de Freguesia e a alguns membros da lista da oposição que estiveram nas anteriores Juntas de Freguesia. Estes nunca tinham afixado as respectivas contas para que o povo visse o dinheiro que vinha para a respectiva Junta e o que se gastava. Apesar disso para pasmo geral das pessoas da freguesia, passados que foram 2 anos de exercício até agora ainda não afixaram quaisquer papéis com as respectivas contas como prometeram fazer mensalmente. Quantas vezes reuniu a Assembleia de Freguesia? Já alguma vez se deu qualquer esclarecimento sobre os assuntos pendentes aos dois representantes da outra lista que entraram para a Assembleia de Freguesia? Serão estes pontos ou foram outros que fizeram pedir a renúncia a esses dois elementos? Se assim for então é porque a palavra ainda tem valor para algumas pessoas. De qualquer modo, sejam quais forem as razões invocadas, os representantes do povo nunca se podem esquecer que foram democraticamente eleitos pelo mesmo povo, para o representar e defender e por isso mesmo têm obrigação grave de o elucidar de tudo, mesmo quando se trate das razões que os levaram a renunciar aos cargos.

Um Ameixialense

VENDE-SE

Uma casa térrea com 6 assoalhadas e cozinha, na Rua Eng.º Duarte Pacheco.

Informa: Av. 25 de Abril — Bloco B — 4.º, Esq.º — LOULÉ.

(4-2)

TRESPASSA-SE

Oficina de ferreiro e seralheiro civil, com 50 anos de existência.

Bem localizada em Loulé.

Nesta redacção se informa.

(2-2)

Armazém precisa-se

Em Loulé ou arredores.

Nesta redacção se informa.

CASA — VENDE-SE

Vende-se uma casa, situada na Rua da Piedade, com 7 divisões, armazéns e varanda.

Para mais detalhes, tratar pelo telefone 42147 — SILVES.

na praia de QUARTEIRA



APARTAMENTOS TORRE D'ÁGUA

JUNTO AO NOVO DEPÓSITO DE ÁGUA
APARTAMENTOS PRONTOS A HABITAR
APROVEITE AGORA A ISENÇÃO DA SISA

VISITE NO LOCAL O APARTAMENTO MODELO

Dias úteis: das 11 às 13 e das 15 às 19 horas
Sábados e Domingos: das 10 às 13 e das 15 às 19 horas

Sociedade de Construções do Corgo, Lda.

TRATA: EMACO

R. Viriato, 25-5.º — Telef. 53 90 16/7 — LISBOA
Telef. do local de vendas: 00 89/6 56 43

EMPREGADA/O PARA AGÊNCIA DE VIAGENS

Para entrada imediata. De preferência com conhecimentos de:

- Francês
- Inglês
- Alemão
- Dactilografia
- Carta de Condução

Condições a combinar.

Resposta a este jornal ao n.º 34.



O recenseamento eleitoral é obrigatório

Inscriva-se no recenseamento só recenseado poderá votar

MAI/STAPE

BURRO VESTIDO COM PELE DE LEÃO

Sabemos que o cabotino é um indivíduo trapaceiro e presunçoso, isto é, um charlatão que finge ter merecimentos para mais facilmente impôs-se aos outros: de ordinário, indivíduos dessa laia são tão escassos de inteligência quanto ricos de parolo atrevimento.

Recordo tal espécie a propósito da opinião que um chefe marxista formulou sobre Salazar classificando-o de provinciano tacanho; tão estúpida asserção não mereceria reparo se não fosse produzida por um dos sucessores daquele estadista em funções públicas de excepcional relevo.

Apesar da extrema manipulação da informação, consentida pela posse exclusiva de quase todos os meios de comunicação social, as cúpulas marxistas não conseguiram impedir, mau grado os esforços para silenciar a imprensa livre, que os portugueses conhecessem, embora incompletamente, os desaires, a corrupção e as tráfices destes quatro anos de carnaval e palhaçada revolucionária; estes factos e a realidade vivida durante algumas décadas, permitem ao povo ajuizar correctamente sobre a identidade do verdadeiro provinciano tacanho.

Com efeito, raros desconheciam que Salazar foi um beirão humilde de nascimento, filho de modesto trabalhador agrícola, sofreu dificuldades e custeou os estudos com o produto do seu trabalho; mas talvez muitos não saibam que o seu detractor nasceu em lar burguês, filho de conhecido proprietário e professor liceal, factos estes que lhe proporcionaram carreira escolar escorçada pelo bom nome e pela direcção intelectual de seu pai.

Enquanto o humilde e desconhecido provinciano de Santa Comba foi motivo de justo orgulho para seus conterrâneos, mercê das brilhantes classificações nos estudos, especialmente a nível universitário, o seu vil caluniador apenas conseguiu concluir uma modesta licenciatura, e, mesmo nisto, sem sair da mediocridade que lhe assinala um dos seus autorizados Mestres.

Enquanto o provinciano doutorado, sendo eminente professor universitário, foi em 1928 instado pelas Forças Armadas a assumir pesadas responsabilidades na gestão dos negócios públicos, o seu insignificante sucessor viu-se, sem saber como, alcapremado de falhado revolucionário de café ao cargo de primeiro gestor da «pesada herança» construída por aquele à força de talentos universalmente reconhecidos.

O povo sabe que o provinciano Mestre de Coimbra conduziu negócios públicos de forma exemplar, restaurando as finanças, sustentando a depreciação da moeda, consolidando o crédito do Estado, respeitando as ofertas da finança internacional, revitalizando a economia, desenvolvendo a produção, incentivando o comércio, renovando e dignificando as instituições militares, enriquecendo e defendendo o património físico e espiritual da Nação, dotando o País, de Minho a Timor, de muitos e importantes equipamentos e infra-estruturas, resgatando e acrescentando com viril tenacidade e larga clarividência a comprometida independência nacional e sobretudo, remoçando dentro e fora das fronteiras o orgulho de ser português.

E o mesmo povo também sabe que o mesquinho difamador de Salazar, não passando de advogado sempre em férias, se semeou a um reflexo aprendiz de feiticeiro e, de tal modo geriu os destinos nacionais, que sob a sua

responsabilidade as finanças públicas conheceram a bancarrota, o escudo envileceu-se, desapareceu a confiança ao Estado, mendigam-se sucessivos empréstimos, a economia foi destruída, a produção diminuiu o comércio está estagnado, as instituições nacionais foram instrumentalizadas, o País desmembrado, os valores históricos e culturais foram desbaratados, as infra-estruturas arruinadas, a independência nacional enxovalhada e gravemente comprometida e, sobretudo, foram dados motivos para que os portugueses sentissem o rosto queimado pela vergonha e pela humilhação.

Poucos portugueses ignoram que Salazar foi pessoa de forte personalidade e desprendido dos bens materiais, severo na administração dos dinheiros públicos, extremamente devotado ao trabalho, atento apenas aos interesses nacionais, impermeável a compadrios, a favores e a influências de qualquer espécie, e de seu apenas tinha a modesta casinha deixada pelos pais.

O Zé Povo também reconhece, sem dificuldade, no vesgo depreciador do grande estadista uma personalidade versátil, animado por ambições que o levam a pôr-se habitualmente nos bicos dos pés, muito apegado à vida larga e espalhafatosa, com grande pendor para a prodigalidade na gestão do erário público, apaixonado por frequentes passeatas triunfalistas com a correspondente falta de assiduidade no serviço, extrema solicitude com os interesses das internacionais marxistas e capitalistas, notáveis sentimentos paternalistas em relação a familiares, amigos e clientelas e ainda certo gosto por propriedades de luxo requintado e à moda dos chefões marxistas.

Em resumo, com o pouco que ficou expresso do muito que haveria ainda por referir, é manifesta a estirpe do genial estadista que, logo nos primeiros anos de governo, «ganhou para os portugueses o direito de estarem diante dos ricos e dos poderosos, de pé, e cabeça levantada e até de chapéu na cabeça»; mas não é menos evidente a conclusão sobre a mediocridade, o cabotinismo e a falta de qualidades cívicas de quem se permitiu produzir distúrbios e enormidades que nem mesmo os provincianos mais tãcanhos seriam capazes de debitar com tanto despudor.

Com efeito, Salazar, o Mestre do mais puro e saudável nacionalismo português, entrou na História Pátria como o Homem que, amando e servindo exemplarmente a Nação, soube reconstruir em pleno século XX muito da antiga grandeza de Portugal, enquanto o seu maldizente detractor será referido nas páginas da mesma História como o triste pigmeu que, ao serviço dos próprios interesses e dos das internacionais marxistas, foi o principal promotor da actual ruína e decadência de Portugal.

O clamoroso estorço dado pelo peru inflado, recorda-nos a sentença contida na velha fábula sobre «um burro vestido com a pele do leão»; à semelhança do asno ali referido, também existem homens que, despidos da pele que os faz troantes, ficam sendeiros como eram dantes!

Carlos da Costa Campos
e Oliveira

U.C.P. INTERROMPE, ÀS 17 HORAS O COMBATE A UM INCÊNDIO

No passado dia 9 de Outubro, dirigentes e associados da Unidade Colectiva de Produção Salva-vador Joaquim do Pomar, de S. Tiago do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo, interromperam, às 17 horas, o combate a um incêndio, que travavam com a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, na herdade da Lutra, na posse desta UCP, por terem terminado o seu dia de trabalho. O fogo consumia uma vasta zona de pastagem e cerca de 90 oliveiras. — Nós largamos às cinco horas — disseram aos bombeiros — mas vocês podem continuar, que a UCP paga o que for preciso.

Declinando a oferta, cerca de 25 bombeiros voluntários continuaram o seu trabalho por mais 3 horas, evitando que o fogo se propagasse a culturas da própria UCP, mas comentando, com indignação, a atitude desses indivíduos. Com efeito, dos 60 associados da UCP presentes no combate ao fogo, apenas ficaram 6, que, mais responsáveis, se envergonharam da posição assumida pelos «camaradas». Esta UCP está na posse de mais de 16 000 hectares de terra.

Ao relatarmos este incidente, temos a sensação de que, para a maioria dos leitores, ele é quase incompreensível. Com efeito, como se coaduna o aparente idealismo que a propaganda colectivista quer mostrar existir nas UCP's e a crua realidade que os factos descritos nos mostram? Para mais, este incidente não aparece isolado e, nem sequer, faz admirar as pessoas desta região de «reforma agrária». Temos, em nosso poder, dados sobre outros factos ocorridos em UCP's, tais como, gado abandonado em cercas sem água, borregos morrendo no restolho longe das mães, centenas de fardos de palha abandonados, sementeiras que não são feitas porque a colheita viria no mês de férias, e, até, outros casos de incêndios, perto dos montes, sem que alguém se incomode com isso.

Não tendo nós dúvidas de que os trabalhadores rurais das Unidades políticas do Alentejo, fora uma minoria, não são melhores nem piores que a população de outras regiões do País, não nos parece justa a sua condenação, num todo, pela situação existente.

De facto, o trabalhador rural não tem qualquer interesse no funcionamento destas Unidades Colectivas, tipo latifundiário, em que foi obrigado a entrar. A sua legítima ambição, de acesso à terra, foi-lhe negada: o trabalhador rural sabe que a terra não é sua, nem são seus os bens existentes na Unidade Colectiva. Não obteve um maior prestígio social, antes pelo contrário: aviltou-se

ao ser levado a apoderar-se, pela força da terra e bens dos agricultores, a favor de um Governo colectivista. Não tem melhores condições de vida. Mais isolado que nunca, como formação e cultura, é-lhe fornecida a demagogia de um partido. Ressente-se com o ataque à família, cujos laços são ainda, no Alentejo, muito profundos. A sua manipulação em grandes grupos, criou-lhe irresponsabilidade.

A opressão que sobre ele se exerce, não lhe permite tentar criar, com os companheiros, alternativas à situação actual. E a sua forma de protesto mais fácil, e a que menos riscos lhe trás, é, precisamente, o desinteresse, o isolamento e o egoísmo.

O trabalho de apagar um fogo na UCP, foi interrompido às 17 horas; o trabalhador rural não deixará de interromper, à mesma hora e todos os dias, o que está a fazer, seja dar assistência a gado, seja guardar máquinas ou outros bens, seja acabar uma sementeira enquanto o tempo o permite. A sua mentalidade, na Unidade Colectiva, é a dum empregado a quem o patrão oprime e paga mal. É o seu protesto contra a colectivização compulsiva e desumanizante, que lhe foi imposta por burocracias urbanas: um protesto que é menos claro mas mais verdadeiro que os protestos, de sinal contrário, escritos em centenas de comunicados e telegramas, enviados, das sedes do PCP, a Governantes e Órgãos de Informação, em seu nome.

V. CARVALHO

A Prevenção Rodoviária Portuguesa recorda que em acidentes com motociclos e ciclomotores só o uso do capacete, devidamente afivelado, poderá evitar graves traumatismos craneanos. Por isso, é preferível, em tempo quente, suportar o incómodo que o capacete possa causar do que ficar exposto a um perigo muito grave.

FIM - DE - ANO

CONJUNTOS MUSICAIS

PARA HOTÉIS, PRECISAM-SE
TELEFONAR 52121 (FARO)

PROPRIEDADE COMPRA-SE

Propriedade rústica de preferência inculta, com mais de 20 hectares, compra-se, de baixo preço, entre Loulé e Vila Real de S. António.

Nesta redacção se informa.

VAI A LISBOA?

Hospede-se no HOTEL LIS, de 2 estrelas.

Situado na Avenida da Liberdade, 180.

Telefs. 537771 e 563434.

Quartos com aquecimento, banho, telefone e com baixos preços.

(8-2)

O recenseamento decorre de
4 de Dezembro a 10 de Janeiro

Inscriva-se no recenseamento
só recenseado poderá votar

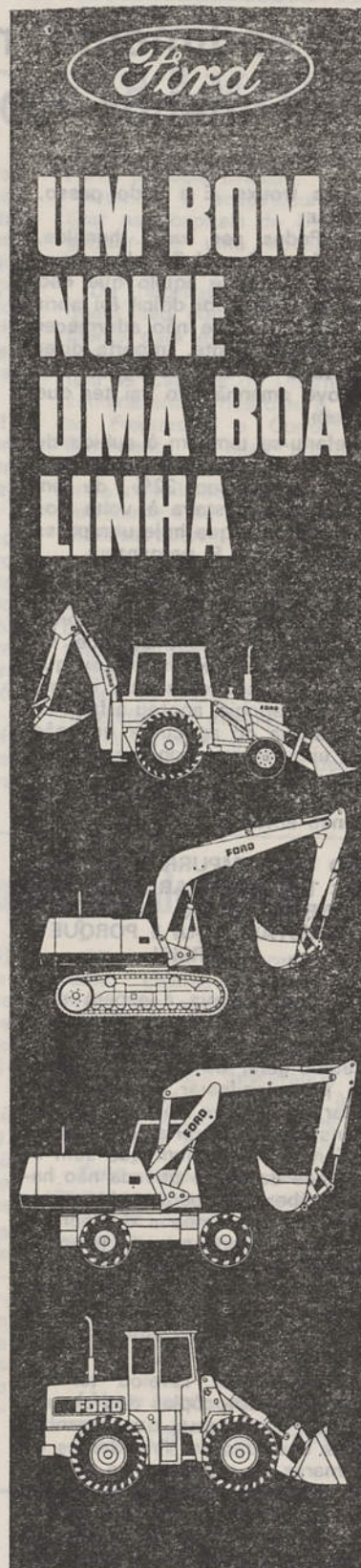
MAI/STAPE

VENDE-SE

Padaria c/ casa de habitação, na Aldeia da Tor.

Informa Telef. 2985760 — SINTRA.

(2-2)



13 MODELOS:

Conjuntos carregador-rectro escavadora
Pás carregadoras
Escavadoras hidráulicas

20 PONTOS DE APOIO:

Concessionários em todos os distritos.
As máquinas Industriais FORD podem resolver o seu problema! Saiba porque!
Consulte o Concessionário FORD da sua área!

MÁQUINAS INDUSTRIAIS FORD CONCEBIDAS PARA MERECEREM A SUA CONFIANÇA!



Máquinas Industriais

FOMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DO ALGARVE, LDA.
Voz de Loulé — Jornal do Algarve
R. Dr. Cândido Guerreiro, 38
Largo do Mercado, 2 a 15 — Faro
Tel. 2 30 61-2-3-4

O rendimento médio do agricultor português é de menos 40% que em 1974

(Continuação da pág. 8)
da nos trouxe. E a dado passo, afirmou:

—«Podes ser rude, humilde, mas não és bruto! Diz claro aquilo que queres e aquilo que não queres. O que foi difícil foi abrir os olhos. Há que não adormecer e ir para a frente. Importa dizer que tudo vai mal na agricultura. O Povo amanhã não vai ter que comer».

Referiu-se também à subida de preços, do adubo na ordem dos 40%, do gasóleo 32%, de um tractor que custava à volta dos cem contos e que hoje ultrapassa os quinhentos. E, perguntou:

—«Que moral e que justiça? Querem que voltemos à parreira de mulas?» Falou nas minorias das cinturas industriais que vivem como burgueses, referiu que são os agricultores que pagam essa demagogia, anotou a falta de assistência do agricultor que não tem uma reforma condigna. E, para terminar perguntou:

—«Que socialismo é este que eu não entendo?»

NÃO NOS EMPURRARAM, NÃO NOS TRANSPORTARAM EM CAMIONETAS COMO CARNEIROS, SE ESTÁIS AQUI É PORQUE QUEREIS!

O Povo estava à espera para ouvir falar José Manuel Casqueiro e aplaudiu calorosamente o secretário-geral da CAP. Começando por manifestar a alegria por estar no Algarve no meio de homens ligados à terra, precisou:

Temos em comum que sem liberdade da posse privada não haverá liberdade para cada português. Se queremos a democracia e a propriedade privada temos o direito de nos manifestar. Não nos empurraram, não nos transportaram em camionetas como carneiros, se estais aqui é porque quereis!»

Mais adiante, revelou ter em sua posse fotocópias dos aluguéis de camionetas, que organizações apoiadas em Presidentes de Câmaras se moveram no sentido de formarem certas organizações de agricultores como antigamente, só que outrora os outros enchiam as camionetas, e estes nem isso conseguem. Disse que criticaria a CAP se esta estivesse subordinada aos partidos políticos. Manifestou a importância da associativismo agrícola, tendo a consciência plena da luta de classes em que vivemos. E sobre o produto bruto da agricultura revelou-nos dados: em 1974 era de 18 500 000 contos, baixou em 1975 para 17 000 000 contos, em 1976 para 15 500 000 contos, em 1977 apenas 15 000 000 contos, prevenindo-se para este ano 14 000 000 contos. A agricultura está a caminhar no pior sentido. Falto o investimento e uma política agrícola coerente. Aumentou a população agrícola com os desempregados da construção civil e de outros sectores, com a vinda dos nossos irmãos das ex-colónias.

Diminuiu a produção agrícola, o que cabe a cada agricultor é menos que em 1974. E, continuou:

—«O rendimento médio do agricultor é menos 40% que em 1974. Portugal gastou em 1977, 30 milhões de contos na importação de bens alimentares, pensando-se que este ano atinja os 50 milhões de contos».

Repudiou a marginalização de que os agricultores têm sido vítimas, disse que a recuperação da agricultura só é possível com a confiança e a colaboração dos agricultores. Atacou o reinado de Saías, embora pedindo desculpa aos algarvios, alegando que a CAP tinha voz própria para criticar todos os governos que não sirvam os interesses dos agricultores. Respondeu aos que dizem que a CAP tem demasiada incidência política, da seguinte forma:

—«Ingénuos não somos. Temos que enfrentar os nossos adversários. Não somos alheios às dificuldades económicas. Temos a consciência que foi a força dos agricultores que mais abanhou o Gonçaloismo. Lopes Cardoso caiu por força dos agricultores. António Campos e Luís Saías caíram pela má política agrícola».

Ouviram-se vozes na multidão: BOAI!

Depois referiu-se que construir é mais difícil que destruir. Que caminhamos para a Europa livre e democrática. Que saibamos colaborar com um governo que nos defende! E, ainda pormenorizadamente, sobre os problemas actuais da agricultura, repetiu:

—«Temos que exigir um preço mínimo ao produtor da laranja e o escoamento do produto. Que o Governo não gaste um milhão de contos com a Siderurgia Nacional e 2 milhões com os jornais. O Cooperativismo é uma forma de associação de homens livres que nada têm a ver com as ditas cooperativas do Alentejo que serviam de controle de uma minoria sobre uma maioria. Que os alentejanos sejam homens livres. Que os latifúndios não sejam substituídos por outros latifúndios. Não se realizaram expropriações em Portugal visto que não houve indemnizações aos proprietários, só apropriações e ocupações. A agricultura é débil, que o dinheiro do Ministério da Agricultura não seja canalizado para outros sectores. Que o problema do seguro agrícola de colheita seja regulamentado e posto em execução. Não podemos continuar de mãos estendidas. Há dois anos a geada destruiu a agricultura no Algarve e alguns agricultores ainda não receberam nada. Que seja um direito e não um favor que o Governo nos faz. A maioria dos agricultores tem um rendimento abaixo do salário mínimo. Se um bom comunista vive só com 6 contos de reis por mês, é triste mas é verdade que a maioria dos agricultores vivem com bastante menos dos 6 contos. Para que o rendimento mínimo suba é necessário diminuir a população da agricul-

tura. Descontamos o mesmo para a Caixa mas quando se trata de uma reforma ou subsídio de desemprego somos descriminação. Tenhamos consciência plena, a força dos agricultores terá de resultar da união.

Que cada um de nós seja um transmissor. Hoje trata-se de construir o que é bastante mais difícil. O problema do sul é o mesmo do Alentejo, Trás-os-Montes e Açores».

O comício terminaria com a aprovação de duas moções que destacavam os seguintes pontos: fixação de um preço mínimo de garantia e escoamento para a laranja, não aceitáveis as exigências de calibragem, propôr à Junta Nacional de Frutas e Associações de Agricultores a criação de postos de refinação e calibragem que defendam os produtores e consumidores, subsídio de gasóleo à lavoura nacional à semelhança da pesca, a revisão dos preços actuais dos produtos agrícolas, aplicação imediata do seguro de colheita, a revogação imediata do decreto-lei e portarias que estabelece a calibragem da laranja, a fixação dos preços das máquinas agrícolas, etc., etc....

Foi ainda lida uma mensagem subscrita por agricultores presentes a enviar ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro e ao Ministro da Agricultura.

A mensagem incidia num voto de louvor à equipa técnica do Ministério de Agricultura e Pescas do III Governo Constitucional.

O comício decorreu com o maior civismo. Nenhum atentado. Nenhuma oposição. Moções aprovadas por unanimidade. José Manuel Casqueiro criticaria os órgãos de informação social por não estarem presentes numa reunião de elevado significado. «A Voz de Loulé» esteve presente e fez a cobertura da reunião contribuindo assim, para uma informação justa que caracteriza o jornal da nossa terra.

A Voz de Loulé, n.º 703, 30-11-78

**TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ**

ANÚNCIO

(Publicação única)

Pelo Juízo de Direito da comarca de Loulé e 1.ª secção, nos autos de falência n.º 48/77 da «SOCIEDADE DE MERCEARIAS DO SUL, LDA», sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que teve a sua sede em Loulé, no Largo de S. Francisco, n.ºs, 18-19, representada pelo seu sócio gerente José Rosal Costa, correm éditos de 8 dias, contados da publicação deste anúncio, notificando os credores e aquela falida para, no prazo de 5 dias posterior ao dos éditos, se pronunciarem, querendo, sobre as contas da gerência apresentadas pelo administrador Sr. Dr. Armando Olímpio de Almeida Smedo, Advogado com escritório em Loulé.

Loulé, 22 de Novembro de 1978.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Smedo

Rede de esgotos para as freguesias Conceição, Estoi e Sta. Bárbara de Nexe

Aos Serviços Municipalizados de Faro foram já entregues, pelo Gabinete de Consultores de Engenharia Sanitária, Lda., os projectos para a construção de redes de esgotos nas freguesias de Conceição, Estoi e Santa Bárbara de Nexe.

As obras orçam 26 676 contos,

destinados como segue: Conceição, 1 812 contos para a rede e 2 047 contos para a estação de tratamento; Estoi, 13 685 contos, para a estação de tratamento 2 075 contos; Santa Bárbara de Nexe, rede 5 706 contos e 1 351 contos para a estação de tratamento.

Centro Shotokan de Karatedo de Quarteira

**SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
1.º CARTÓRIO**

**NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO
ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA
DA SILVA**

CERTIFICO que por escritura de 14 do mês findo, lavrada de fls. 97 e 99, do livro n.º C-93, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída uma associação de fim ideal, com a denominação em epígrafe, designado por C. S. K. Q., com sede em Quarteira, con-

celho de Loulé, constituída por tempo indeterminado, que se destina a desenvolver o Karate Shotokan atendendo fundamentalmente aos seus aspectos formativos e de aperfeiçoamento físico-mental dos seus praticantes, não visando com a sua actividade fins lucrativos, sendo os seus sócios admitidos inicialmente pela Assembleia Geral e posteriormente pela Direcção e constando dos seus regulamentos internos os direitos e deveres dos sócios, condições da sua admissão, saída e exclusão, funcionamento e atribuições dos corpos gerentes e ainda outras normas julgadas convenientes competindo à Assembleia Geral a aprovação e alteração destes regulamentos internos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 6 de Maio de 1977.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

LOULÉ



AGRADECIMENTO

**JOSÉ DA ENCARNÇÃO
VALDASNOS**

Sua família, receando cometer qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas de todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantas se dignaram acompanhar o saudosso extinto à sua última morada, numa sentida manifestação de pesar que não podemos esquecer.

**ACOMPANHE
A MODA
VISTA NA BOUTIQUE
PARADIS**

**AS ÚLTIMAS
NOVIDADES DE PARIS**

Em anexo:
Salão de cabeleireira
Perfumaria
Artigos decorativos

★
Gerência de
Maria Aura Rosa Martinho

★
Avenida José da Costa
Mealha, 115
Telef. 62924 — LOULÉ

APARTAMENTOS PARA TURISTAS

Agência de Viagens pretende estabelecer contactos com proprietários de apartamentos para alugar à época.

Condições a combinar.

De preferência próximo do mar.

Resposta a este jornal ao n.º 33.

MOBÍLIAS — MOBÍLIAS

MOBÍLIAS DE ALTA QUALIDADE A BAIXO PREÇO

Grande stock de móveis em todos os estilos,
lustres, candeeiros e alcatifas

CASA SIMÃO

A MOBILADORA

ANTÓNIO SIMÃO VIEGAS, LDA. — Telef. 62110

Exposição e Venda:

Av. Marçal Pacheco, 34 e 33 a 51

Salão de Exposição:

Praça da República, 8

Depósitos:

R. General Humberto Delgado e na R. Manuel Guerreiro Pereira em Loulé.

CABRITA NETO ENTREVISTADO PELO JORNAL «O DIA»

(continuação da pág. 7)

com que se procura resolver problemas de tanta acuidade.

Considerando que as estradas municipais são verdadeiras catástrofes, C. N. diz: «o turista não melhorará se preferir a TAP, cujos horários raramente são cumpridos e cujos cancelamentos são frequentes».

A C. P. presta igualmente um péssimo serviço ao Algarve com comboios sem um mínimo de condições: vagarosos, sujos, sem serviço de bar, etc.

Um único aspecto positivo: o início das carreiras em condições de grande comodidade em autocarros de empresas privadas e,

posteriormente da Rodovia Nacional».

O telefónico serviço telefónico foi outro tema tratado nesta entrevista, porque na verdade merece os mais acintosos reparos, pelas deficiências notadas em especial durante o Verão, quase impossibilitando que o turista consiga contactos com os seus países de origem.

Também foi tratado o problema das dificuldades financeiras das Câmaras e da notória carência de infra-estruturas e de animação, estando previsto que a Comissão de Turismo providencie no sentido de promover espectáculos culturais de certo nível, terminando por revelar que «há Câmaras e entida-

des privadas interessadas em construir parques de campismo, cuja existência é indispensável para eliminação de campismo selvagem ou pelo menos a sua redução a proporções aceitáveis».

Felicitemos o jornal «O Dia» pela iniciativa desta oportuna entrevista com o principal responsável pelo turismo algarvio e igualmente felicitamos Cabrita Neto pelo desassombro com que foca os gravíssimos problemas que afectam e/ou podem afectar a província portuguesa mais vocacionada para o turismo que não é apenas uma fonte de divisas mas também um poderoso elo de ligação entre os homens livres dum Mundo que se quer de homens livres e mais felizes.

...E isto em contraste com os governantes que apregoam um mundo sem fronteiras mas que proíbem os seus concidadãos de circular livremente dentro e fora de suas fronteiras.

A propósito do XXVI aniversário de «A Voz de Loulé»

(continuação da pág. 1)

ção deu à estampa, à guisa de «Apresentação», em relação à vocação deste periódico, entre outras a afirmação seguinte:

«Meio fácil de ventilar os problemas de interesse público, de apresentar e discutir sugestões, o jornal é e será sempre um elemento activo e positivo na vida de qualquer localidade, impulsor do progresso material, do desenvolvimento cultural, e do aperfeiçoamento moral das populações».

Se bem que vinculado a este jornal por motivos profissionais há pouco menos de dois anos, esta paráfrase do Dr. Jaime Rua, que remonta aos primórdios da publicação, contém para mim conteúdo axiomático pelo qual «A Voz de Loulé», conjuntamente às linhas de opinião que tem dado expressão e guarda, tem, também, pautado.

É aliás, sob tal prisma, tão bem coadunante com a função da Imprensa Regional, cuja missão no

aspecto vertente é precioso, que o signatário, independente e desligado de quaisquer conotações políticas e de compromissos partidários, tem de olhar «A Voz de Loulé» (com isenção e imparcialidade): — uma tribuna colocada ao serviço dos interesses justos do Concelho de Loulé; um paladino, defensor das suas legítimas aspirações; um arauto, embora modesto, das causas culturais, sociais, éticas, económicas e formativas da comunidade a que pertence.

Como porta-voz das populações locais, dos seus problemas, dos seus sentires e até dos seus sonhos, «A Voz de Loulé», vem desempenhando um inegável contributo, cuja valia seria estulto amesquinhar.

Só assim, realmente, pode e deve preencher o vazio a que a grande Imprensa deixa em aberto, e que a Imprensa Regional, na qual «A Voz de Loulé» se integra, cumpre colmatar.

J. C. Viegas

Homenagem a Pedro de Freitas

(continuação da pág. 1)

melhores bandas civis do País, assim como outras gravações; às 19,30 horas, jantar no Hotel Quarteirasol (em Quarteira) a PEDRO DE FREITAS, promovido por um grupo de amigos, que encerrará o ciclo de cerimónias.

As inscrições para este repasto, encerraram, como anunciado, no transcorrido dia 25 do corrente.

Independentemente do programa elaborado encara-se a possibilidade de colocar em exposição a colecção bibliográfica (15 livros) da autoria de Pedro de Freitas e algumas partituras musicais (composições) de sua lavra também, que podem fornecer, na ocasião, público testemunho da sua actividade de escritor e musicólogo.

«OPERAÇÃO PIRÂMIDE»

mento humanitário, oferecem os artistas portugueses um grande espectáculo. Desde a mais categorizada vedeta do teatro, da rádio ou da televisão, ao artista modesto, ao rancho, ao palhaço, à filarmónica, ao escritor, à banda militar ou civil, todos se prontificam em participar com o seu quinhão de talento e boa vontade.

Assim será o próximo dia 16 de Dezembro, que se pretenderá seja edificante na intenção: a conciliação de todos os portugueses, através das suas afinidades.

As 10 horas da manhã vai começar, portanto, o grande programa. Durante 15 horas consecutivas a Radiotelevisão, a Radiodifusão Portuguesa, e a Rádio Renascença, darão cobertura integral à grande festa que aglutinará o Continente e as Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Em todas as capitais de Distrito o dia será assinalado com um espectáculo, com relevância para

Lisboa (Feira das Indústrias) e Porto (Palácio Cristal).

Durante o espectáculo a realisar nas capitais de Distrito organizar-se-á uma «pirâmide» de dádivas.

De Portugal para Portugal, quem não contribuirá voluntariamente para esta cruzada?

Contudo, a Festa não se limitará às Capitais de Distrito. Uma semana antes, nos dias 8, 9 e 10, as Freguesias e Concelhos do Continente e Ilhas preparam-se para erguer as suas «pirâmides», onde cumularão dádivas, que por seu turno irão engrossar as «pirâmides» Distritais.

Deste modo, se todos assim o entenderem, a Cruz Vermelha, poderá como intermediária, veicular os óbolos recolhidos e distribuí-los pelos mais desfavorecidos.

Para tal muito espera da generosidade dos portugueses de todos os credos e convicções, irmanados pelos mesmos desígnios de bem-fazer.

A Assembleia Municipal de Loulé

(continuação da pág. 3)

varo Cunhal, no comício da Amadora, «de métodos totalitários, de arbitrariedades, brutalidades e despotismo, incompatíveis com o Portugal democrático em que vivemos».

O que o sr. Cunhal não diz é que muitos dos membros da U. C. P. «trabalham de sol a sol à sombra das azinheiras», e quando devolvem as propriedades que saquearam, arrastam para a área da sua reserva toda a azeitona (que não tiveram tempo de enterrar) vendem os bezerros, carregam toda a lenha e escolhem cuidadosamente as alfaias ainda utilizáveis, deixando apenas as imprestáveis e entregando, não uma reserva, mas... um desolado deserto!

Além disso é pretenciosismo balofo chamar Reforma Agrária aquilo que se passa no Alentejo, onde, na verdade, se cometeram os mais repugnantes actos criminosos, os mais descarados assaltos e repelentes roubos à propriedade privada, em nome duma «legalidade revolucionária».

Com tudo isto chegamos à triste conclusão de que em Portugal só devem ser respeitadas as leis que servem os interesses do PCP, os quais são claramente coincidentes com os interesses de expansão imperialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

(Ainda temos mais coisas para contar... no próximo número)

AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE

Por Ataíde de Oliveira

bildas empunhavam as suas cimitarras, os atabales e anafis soavam ferozmente por entre a mais estrondosa algazarra. No meio de todos, o governador do castelo, com o seu turbante verde, distintivo manifesto de que estava revestido das honras de xerife inerentes ao mouro que por três vezes visita Meca, dava ordens precisas, e corria a todos os lugares, onde a sua presença era necessária, com uma prontidão de pasmar.

Era o governador do castelo um mouro valente e arrojado. Nascera em Tânger, onde de criança começara a exercitar-se nas armas, sem prejuízo dos estudos profundos das ciências do seu tempo. Conhecia os segredos dos combates como os mistérios da magia: era um soldado invencível e um crente convicto. Na manhã deste dia chegara ao castelo das bandas de Faro um adail com más novas: Afonso tomara o castelo de Faro e cometera a D. Paio Peres Correia a missão de atacar com a maior presteza o castelo de Loulé.

Não fora difícil aos cristãos dos arredores ter conhecimento destas novas, que os enchiam de júbilo, pois que os mouros, não obstante o que deles escreveram os nossos escritores dos primeiros séculos da monarquia, eram de extrema benignidade para os cristãos, a ponto de muitas vezes suceder que enquanto o almuadem chamava os moslemes à oração, o sino anunciava aos cristãos a hora das solenidades do seu culto, e uns e outros encontravam-se e cruzavam-se nas ruas turtuosas das suas cidades, sem que os cristãos experimentassem qualquer afronta.

O governador do castelo, reunindo os seus soldados mais aguerridos, resolvera, em conselho, sair ao encontro de D. Paio, e dar-lhe combate. Esse o motivo porque no castelo era tão grande o arruído. (1)

Pelas dez horas da manhã saíram do castelo os serracenos e seguiram a estrada de Faro. Alguns cristãos, de longe, e ocultos pelas franças das árvores e pelo mato exposito, seguiram o exército mouro, atravessando campos incultos, saindo fora da estrada, e

indo ocupar as iminências de um outeiro de onde podiam avistar, sem receio, os campos do sítio dos Furadouros. Chegados ali divisaram lá em baixo os dois exércitos, um em frente do outro.

O sol subia no horizonte e os seus raios reflectiam-se nas armaduras das duas hostes. Soavam de cada lado os sinais indicadores do próximo combate. Segundo o velho costume, do campo serraceno rompia um infernal estrondo, produzido pelos gritos e alaridos dos soldados, acompanhados de sons agrestes e desafinados das trombetas, atabales e anafis. Envolvidos nos amplos albornozes e montados nos seus ginetes, os soldados serracenos pareciam de longe fantasmas horribéis.

Do campo cristão as tubas guerreiras animavam os soldados e incutiam-lhes aquele valor e aquela ousadia que os tornavam invencíveis nas lutas.

D. Paio Peres, à frente dos seus cavaleiros, vestidos de aço e empunhando suas espadas em forma de cruces, avançava a passo firme e seguro contra o inimigo: o governador do castelo, arrojado, como o leão e sagaz como o tigre, animava as suas gentes e procurava encontrar, no seu olhar de lince, o ponto vulnerável do corpo de aço que o atacava.

Embora nesta época as discórdias entre os muçulmanos tivessem tomado proporções extraordinárias, e a morte do domínio do islamismo pairasse por sobre as terras de Chencir; embora Cacela e Tavira pudessem ser consideradas duas sentinelas, que isolavam do resto da Espanha árabe a nova província do Algarve, sentinelas poderosíssimas e fortemente defendidas pelos freires hospitalários comandados por Afonso Peres Farinha, e pelos espatários sob o mando de Paio Peres Correia, todavia os serracenos de Loulé, como se estivessem no apogeu das suas glórias de outros tempos, e como se uma só ideia os dominasse, pareciam leões resolvidos a morrer, preferindo a morte no campo da honra à vergonha do desastre.

Foi terrível o combate. Os dois exércitos, como duas enormes serpentes, acometiam-se com fúria. Por algum tempo esteve indeciso o duelo entre milhares de combatentes; próximo porém do sol-posto, uma dessas serpentes, com as escamas de ferro quebradas, começou o fraquejar e a retirar para o seu covil. Os serracenos não puderam resistir ao embate das forças cristãs e retiravam-se em ordem.

O RENDIMENTO MÉDIO DO AGRICULTOR PORTUGUÊS é de menos 40% que em 1974

— afirmou José Manuel Casqueiro num comício da CAP realizado no Poço de Boliqueime

Cerca de 2000 agricultores, conscientes dos graves problemas que afectam a agricultura portuguesa, engrossaram o comício da CAP realizado no passado dia 19 no Poço de Boliqueime. A mesa era constituída por Sérgio Cavaco da Associação dos Agricultores de Loulé; José Inácio, da Associação dos Agricultores de Monchique — Silves; Jorge Pinto, da Associação dos Agricultores de Faro; pelo director da CAP, Morais Cardoso e pelo secretário-geral José Manuel Casqueiro.

LUTEMOS PELA SUSPENSÃO DA CALIBRAGEM

O primeiro orador foi Sérgio Cavaco, representante da Associação dos Agricultores de Loulé. Começou por afirmar que o momento é grave para a agricultura. Referiu-se à agricultura em geral, à sua problemática, às más colheitas da última década motivadas pela situação climática, aos que tentam apunhalar os agricultores pelas costas, impondo uma tabela de laranja que nos vai atrasar no âmbito agrícola do Algarve, à gravidade da calibragem não tomando em consideração a sua variedade e a sua qualidade. Criticou a especulação de que os agricultores são vítimas, deu exemplos concretos sobre a calibragem da laranja, referindo que a nova tabela não garante um preço mínimo da mesma. Propôs margem de lucros legais para os intermediários e apelou para que lutemos pela suspensão da calibragem. Quando perguntou à multidão se estavam de acordo que a laranja oval fosse vendida a 7500 o quilo, ouviram-se vozes: NÃO!

NA ZONA DE INTERVENÇÃO SÃO GASTOS 80% DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE EMERGÊNCIA QUANDO DEVERIA SER REPARTIDO POR TODO O PAÍS

O segundo orador foi o director da CAP, Morais Cardoso. Referiu-se concretamente à Reforma Agrária, ao estado revolucio-

nário e anárquico, às expropriações, ao seguro agrícola, ao aumento dos adubos, pesticidas, gás-óleo e outros produtos necessários à produção agrícola. Afirmou ainda não terem sido indemnizados os agricultores que ficaram sem as suas terras. Garantiu que o perigo do gongalvismo estava definitivamente afastado, contudo apelou para a união dos agricultores, para a defesa dos seus interesses independentemente do seu credo político. Congratulou-se com o facto de o II Governo ter posto em prática as leis que já tinham sido aprovadas, mas que os governos socialistas tinham esquecido. Quanto ao seguro agrícola foi longo: «Parece-me impensável que não haja um seguro de colheita contra qualquer cataclismo». Disse que na zona de intervenção são gastos 80% do crédito agrícola de emergência quando deveria ser repartido por todo o País.

E sobre o aumento de preços dos factores de produção, gás-óleo, adubos, pesticidas e máquinas agrícolas, achou excessivamente exagerado para o poder de compra dos agricultores. Propôs uma moção exigindo a revisão dos preços ou com um subsídio à lavoura ou com a respectiva exigência dos actuais preços. Frisou que temos o direito de ter um nível de vida igual a todos os outros Portugueses. Por outro lado, voltou de novo a apoiar o III Governo e a condenar o boicote dos Centros Regionais da Reforma Agrária ao mesmo.

PODES SER RUDE, HUMILDE MAS NÃO É BRUTO!

Em seguida, José Inácio foi mais incisivo. A população aplaudiu quando o orador pediu aos agricultores para não se deixarem embalar na porca política que na-

(continua na pág. 6)

«É IMPERIOSO QUE O ESTADO INVISTA NO ALGARVE SE QUER CONTINUAR A RECEBER PINGUES RECEITAS EM DIVISAS ESTRANGEIRAS»

Disse Cabrita Neto ao ser entrevistado pelo jornal «O DIA»

Em recente entrevista concedida ao jornal «O Dia», o Presidente da Comissão Regional do Algarve, mais uma vez nos revela a sua excepcional vocação para o turismo e uma visão de futuro dum região predestinada para esta actividade... porque, aqui o Sol e o Mar podem representar um autêntico manancial de prosperidade colectiva, se os seus residentes não abusarem com desenfreadas especulações.

Parece que infelizmente isso é verdade, pois as pessoas esquecem-se que, quem se sente enganado à 1.ª ou à 2.ª vez, muito dificilmente o será à 3.ª. Outrotanto se poderá dizer quanto à má qualidade de serviços, circunstância que mereceu de Cabrita Neto o seguinte comentário ao redactor de «O Dia»:

«A má qualidade de serviço continua a ser um facto. Principalmente em Agosto, mês em que se multiplica a procura de serviços turísticos no Algarve. Ora a verdade é que o Algarve não está dimensionado, nem nas estruturas nem na qualidade humana, para suportar com desenvoltura a pressão terrível do mês de Agosto. Verifica-se, então, por toda a parte, um excesso de solicitações que conduz à deterioração da qualidade do serviço, já que o pessoal hoteleiro acaba por não dar a devida atenção ao cliente...».

Na opinião do entrevistador, há restaurantes em que o cliente é positivamente mal tratado a ponto de receber respostas no género: «se não está satisfeito vá embora», o que, evidentemente, é a melhor forma de praticar anti-turismo e prova, clamorosamente, que há taberneiros mal criados à frente de restaurantes.

A esta pertinente observação, respondeu Cabrita Neto que é urgente fazer uma reciclagem de todo o pessoal integrado na indústria hoteleira, acrescentando que «já se justifica a criação no Al-

garve de um Instituto — Médio ou Superior — de turismo, tal a carência de gestores qualificados para esta indústria. Não tenhamos ilusões: a má qualidade de serviços e a roubalheira praticada podem deitar tudo por terra».

Uma coisa é certa — afirmou C. N. à laia de conclusão — «não nos iludamos com a excepcional procura internacional de que o Algarve se pode orgulhar este ano. Seria prestar um mau serviço ao Algarve e ao País», acentuando que é urgente melhorar a qualidade dos nossos serviços sob pena de comprometermos o futuro do Algarve como potencial de grande força turística.

Muitos concorrentes nossos que serviam pior do que nós reconheceram os erros praticados e, rapidamente, melhoraram.

Com elevado sentido de observação, o redactor de «O Dia», fez o seguinte comentário acerca da roubalheira praticada no Algarve durante o Verão:

«Não há portugueses que se tenha atrevido a abordar o Algarve este ano que, a nível de preços fosse do que fosse, sobretudo de bancas de praia, restaurantes, bens elementares, se não tenha queixado do clima de roubalheira que, mais que o calor, assolou, uma vez mais, a província... Julgamos que este ano o caso sofreu uma tal agudização que os próprios turistas estrangeiros, com o seu admirável poder de compra ante o descalabro do escudo, começaram já a queixar-se.

Tudo isto sem que se tenha notado qualquer tipo de fiscalização ou repressão dos constantes abusos cometidos.

Recordaremos, aliás, a tal propósito a cómica história relatada num vespertino lisboeta por um jornalista famoso pela sua militância no PC queixando-se contra os abusos burgueses de comerciantes que, no caso de um cabeleireiro de Albufeira, estorquiram a uma holandesa mil e seiscentos

ESCOLA PREPARATÓRIA DE LOULÉ:

LETARGIA DO MEC

impede o funcionamento da cantina e do núcleo da Acção Social

Desde o dia 16 de Outubro último, data da abertura das aulas que a Escola Preparatória de Loulé se vê a braços com dois problemas mais a acrescentar à sua grave lista de deficiências ocasionadas pelas suas precárias instalações: a falta de um responsável pelo funcionamento da cantina, sem o qual esta não poderá exercer as suas funções, e de um outro responsável pela coordenação do núcleo social escolar, destinado a conceder apoio aos estudantes mais carecidos.

Vimos a apurar que a resolução desses dois óbices é da competência do MEC, bastando para tal que para esses lugares sejam designados, oficialmente, os respectivos professores.

Não faz sentido, portanto, que transcorrido que é mais de um mês de actividade, a Escola Preparatória, que lecciona centenas de estudantes oriundos, muitos deles, de freguesias afastadas, com notórias limitações de carreiras de ligação rodoviária, tenham de recorrer ainda aos restaurantes, e botequins circunjacentes, onde as refeições lhes ficam mais caras.

Tudo faria crer, após a recepção do trem de cozinha com que foi dotada a Escola, que a nomeação do responsável pelo seu funcionamento não se faria rogada...

Não aconteceu assim, pelo que tivemos ocasião de constatar. Tudo está a postes para entrar em acção e fornecer aos estudantes as refeições necessárias, somente... as tais nomeações que têm de ser exaradas pelo MEC, não dão a esperada resposta, indispensável (uma formalidade como qualquer outra, admitimos), pela qual se dará pronto cobro ao impedimento constrangedor (que redundará, como se deu antes a entender, em nítido prejuízo e transtorno dos estudantes).

Mais uma vez se torna evidente a morosidade anquilosante da máquina burocrática, que perde o precioso tempo de decisão devido a escassa capacidade orgânica e funcional.

De qualquer modo, servindo os interesses dos estudantes vinculados como estão aos interesses das populações, ousamos dirigir às instâncias competentes do MEC nessa petição no sentido de preencher, sem delongas, as disposições que a conjuntura exige e reclama.

Paralelamente a este assunto levantamos outro, que se reporta por seu turno ao seu pavilhão gimno-desportivo, cujas condições precárias não permitem a utilização quando chove.

A sua cobertura nada vale quando a chuva cai nem tão-pouco o seu soalho, deteriorado pelas intempéries.

É bem de ver que as práticas gimno-desportivas, tão acarinhadas e apoiadas no estrangeiro, são aqui, dadas as circunstâncias, menosprezadas simples e lamentavelmente (à luz dos factos).

O inverno está aí à porta a parece desnecessário acrescentar que com ele não terão lugar as salutares aulas de ginástica na Escola Preparatória de Loulé.

Quem providencia? Quem poderá remediar a situação?

«Distrito de Setúbal»

dá eco de homenagem a tributar a Pedro de Freitas

O jornal «Distrito de Setúbal», numa das suas últimas edições faz referência ao programa das cerimónias de homenagem e reconhecimento a tributar pela Câmara Municipal de Loulé, a Pedro de Freitas, secundado por um grupo de amigos do escritor, que promoverá um jantar de confraternização no Hotel Quarteirasol.

A concluir a notícia, aquele jornal salienta o facto com o comentário que se segue:

«Porque Pedro de Freitas é um nome bem conhecido de todos os nossos leitores, ao noticiarmos o acontecimento, de que vai justamente ser alvo, daqui o felicitamos e saudamos muito sinceramente, que é como quem diz, desde já associados, à distinção que lhe vai ser prestada»

CARIMBOS

Executam-se na GRÁFICA LOULETANA Rua Marechal Gomes da Costa Telef. 62536 — LOULÉ



Dr. Costa Gomes

Acaba de radicar-se em Loulé, o médico analista sr. Dr. Costa Gomes, que vai abrir um laboratório de análises clínicas, actividade que desde há anos exercia na cidade de Beja e cujo distrito fica agora desprovido de tão útil elemento básico de investigação médica.

O Dr. Costa Gomes é casado com a sr.ª Dr.ª Maria Leonilde Costa Gomes, que acaba de ser colocada na Escola Secundária de Loulé como professora de história.

Ao sr. Dr. Costa Gomes e esposa, apresentamos os nossos cumprimentos de boas vindas.